

**DA ORDEM À EMANCIPAÇÃO: SILVIA LANE E MARTIN BARÓ PARA UMA
PSICOLOGIA CRÍTICA LATINO-AMERICANA**

***DEL ORDEN A LA EMANCIPACIÓN: SILVIA LANE Y MARTIN BARÓ PARA UNA
PSICOLOGÍA CRÍTICA LATINO-AMERICANA***

***FROM ORDER TO EMANCIPATION: SILVIA LANE AND MARTIN BARÓ FOR A LATIN
AMERICAN CRITICAL PSYCHOLOGY***

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v18i1.68968>

Edgar Bendahan Rodrigues¹

Maria Eduarda Corrêa de Souza²

Isadora Araujo de Oliveira³

Gabriel Ungaretti⁴

Resumo: Este ensaio propõe uma análise crítica da constituição da Psicologia enquanto ciência e prática comprometida com os interesses das classes dominantes, evidenciando sua gênese atrelada à medicina higienista, ao individualismo liberal e à reprodução da ordem social capitalista. Em contraponto, apresenta-se a psicologia fundamentada no materialismo histórico-dialético, como marco epistemológico e metodológico para a construção de uma psicologia científica voltada à transformação da realidade. A partir das ideias de Martín-Baró e Silvia Lane, destaca-se a importância da articulação entre teoria e prática, subjetividade e história, como fundamentos para a constituição de uma psicologia social crítica latino-americana. Conclui-se que a psicologia, para se tornar instrumento de emancipação humana, deve romper com a lógica colonial, individualizante e adaptativa, assumindo seu compromisso ético-político com a superação das desigualdades e com a construção de novas formas de existência.

Palavras-chave: Psicologia brasileira; Psicologia social; Psicologia crítica; História da Psicologia

Resumen: Este ensayo propone un análisis crítico de la constitución de la Psicología como ciencia y práctica comprometida con los intereses de las clases dominantes, evidenciando su génesis vinculada a la medicina higienista, al individualismo liberal y a la reproducción del orden social capitalista. En contraposición, se presenta una psicología fundamentada en el materialismo histórico-dialéctico como marco epistemológico y metodológico para la construcción de una psicología científica orientada a la transformación de la realidad. A partir de las ideas de Martín-Baró y Silvia Lane, se destaca la importancia de articular teoría y práctica, subjetividad e historia, como fundamentos para la constitución de una psicología social crítica latinoamericana. Se concluye que, para que la psicología se convierta en un instrumento de emancipación humana, debe romper con la lógica colonial, individualizante y adaptativa, y asumir su compromiso ético-político con la superación de las desigualdades y la construcción de nuevas formas de existencia.

Palabras clave: Psicología brasileña; Psicología social; Psicología crítica; Historia de la Psicología

Abstract: This essay proposes a critical analysis of the constitution of Psychology as a science and practice committed to the interests of the dominant classes, highlighting its origins linked to hygienist medicine, liberal individualism, and the reproduction of the capitalist social order. In contrast, it presents psychology grounded in historical-dialectical materialism as an epistemological and methodological framework for building a scientific psychology aimed at transforming reality. Drawing on the ideas of Martín-Baró and Silvia Lane, it emphasizes the importance of articulating theory and practice, subjectivity and history, as foundations for the construction of a critical Latin American social psychology. It concludes that for psychology to become an instrument of human emancipation, it must break with the

colonial, individualizing, and adaptive logic, and embrace its ethical-political commitment to overcoming inequalities and building new forms of existence.

Keywords: Brazilian psychology; Social psychology; Critical psychology; History of psychology

Introdução

A Psicologia brasileira, desde sua origem e desmembramento da medicina, consolidou-se como aliada da manutenção da ordem social vigente. Com práticas marcadas por um viés individualizante, medicalizante e diversas vezes eugenista, contribuindo para a desumanização de sujeitos e para o apagamento das determinações históricas e sociais da vida coletiva dentro de estruturas macro políticas e econômicas que impactam diretamente nos modos de viver. Frente a esse cenário, emergiu no continente latino-americano um projeto de Psicologia Social Crítica, comprometido com a transformação da realidade e inspirado por marcos teóricos como o materialismo histórico-dialético.

Este trabalho propõe um olhar sobre as bases da Psicologia brasileira, situando seu nascimento no contexto das primeiras escolas médicas do século XIX, durante os Impérios de Dom Pedro I e II, revelando os fundamentos ideológicos que sustentaram sua consolidação: o higienismo, a racionalidade positivista e o projeto eugenista da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). Ao tensionar esse passado, buscamos evidenciar como muitos desses elementos ainda permanecem presentes nas práticas psicológicas contemporâneas.

Em um segundo momento, apresentamos a emergência de uma psicologia contra hegemônica a partir dos fundamentos do materialismo histórico-dialético, que propõe uma compreensão do sujeito em sua dimensão histórica, coletiva e transformadora. Por fim, destacamos as contribuições fundamentais de Silvia Lane e Ignacio Martín-Baró como referências centrais de uma psicologia latino-americana crítica, que denuncia as condições de miséria e dominação impostas pelo capitalismo dependente e aponta caminhos para uma atuação profissional comprometida com a emancipação e transformação social.

Assim, propomos refletir sobre os limites e potências da Psicologia no Brasil, resgatando o projeto de uma ciência crítica que articule teoria e prática em favor da justiça social.

Psicologia como Instrumento de Controle Social: o Exemplo Brasileiro

A Psicologia, enquanto ciência, antecede sua regulamentação profissional e emerge historicamente vinculada aos saberes médicos. No século XIX e início do XX, a Medicina desempenhou um papel central na constituição da Psicologia científica, cujos fundamentos se ancoraram no positivismo e na especialização psiquiátrica como formas legítimas de conhecer e intervir sobre o sujeito (Firbida; Vasconcelos, 2019).

No Brasil, esse processo se deu de modo profundamente articulado a projetos de controle social, marcados por ideologias eugenistas e higienistas. Desde o primeiro reinado, com a criação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1808, o conhecimento psicológico se consolidou como componente da formação médica, já orientado para a manutenção da ordem social. A chamada “formação de homens da ciência” incluía estudos sobre o cruzamento racial, a partir da crença de que a miscigenação seria um entrave para a constituição de uma nação moderna e europeizada (Firbida; Vasconcelos, 2019, p. 2–3).

Francis Galton, ao publicar *Herança e Eugenia* (1869), definiu o conceito de eugenia como o aprimoramento da raça humana por meio da seleção hereditária:

Isto é, em questões que tratam do que se chama em grego eugenes, ou seja, de boa raça, dotado hereditariamente de nobres cuidados. [...] são aplicáveis igualmente ao homem, aos animais e às plantas [...](Galton, 1988, p. 104).

Suas ideias influenciaram significativamente os médicos brasileiros. A construção de um ideal de sujeito virtuoso contrastava com figuras associadas à degeneração moral e racial: o pobre, o preguiçoso, o doente mental, o imoral, o criminoso. A educação médica do período reforçava a ideia de que pobreza e doença eram problemas a serem resolvidos por meio de políticas eugenistas, subordinando a autonomia do sujeito à autoridade sanitária em nome do “bem coletivo” (Góes, 2015; Schwarcz, 1993).

O campo médico, assim, estruturou-se como dispositivo de normalização social, voltado à higienização dos corpos e ao melhoramento das raças. A estreita relação entre Medicina e Educação foi crucial para a institucionalização da Psicologia que passou a atuar como ferramenta auxiliar no diagnóstico e classificação de indivíduos, especialmente em espaços escolares, clínicas e laboratórios. A testagem psicológica e a psicomетria foram mobilizadas para moldar um sujeito ajustado ao ideal nacional de progresso. Como ressalta Figueira:

A psicologia passa a ser requisitada a avaliar as atividades mentais através da psicomетria e observação clínica, atuando em diversos campos sociais, como espaço escolar, laboratórios e clínicas de psicologia, todos voltados para ideia de desenvolver um homem que estivesse apto a contribuir com o desenvolvimento da nação. (Figueira, 2014, p.5)

Esse movimento reforçou o discurso evolucionista europeu, segundo o qual o atraso econômico do Brasil era resultado da inferioridade racial de sua população. Tal perspectiva, racista e biologizante, oferecia base teórica para o projeto de modernização do país, no qual Psicologia e Medicina uniram-se como ferramentas para o melhoramento social (Firbida; Vasconcelos, 2019; Schwarcz, 1993):

Esse projeto garantia a essas especialidades a categoria de ‘ciência reconhecida’ na realidade brasileira, assim como já tinham sido na Europa (França) e nos Estados Unidos. [...] A Psicologia que começa a ganhar espaço no país a partir da segunda metade do século XIX, com o projeto de modernização (europeização), sofre forte influência do determinismo biológico e da inferioridade da raça, defendida pelos grupos de intelectuais, conhecidos como ‘homens da ciência’. (Firbida; Vasconcelos, 2019, p. 3)

Internacionalmente, a ideia de superioridade racial foi justificada, primeiro, por fundamentos religiosos e, posteriormente, pela lógica darwinista aplicada às sociedades. Mesmo após a contestação dessas teses, a retórica evolucionista foi mantida, agora reformulada por teorias que classificavam culturas segundo graus de desenvolvimento, tomando o percurso europeu como medida universal (Simões *et al.*, 2019).

No Brasil, essa ideologia encontrou terreno fértil durante a grave crise sanitária do século XIX, marcada pela precariedade das condições de vida, falta de saneamento básico e desconhecimento da população sobre higiene e doenças infecciosas. Esse cenário foi agravado com as transformações estruturais que se seguiram: a abolição da escravidão, a Proclamação da República, o início da industrialização, o êxodo rural, a imigração europeia e o crescimento acelerado das cidades (Figueira, 2014). Entre 1917 e 1920, o país

enfrentou intensas mobilizações operárias e altos índices de mortalidade por doenças, o que foi interpretado como ameaça à ordem social (Figueira, 2014).

Diante disso, os administradores do Estado passaram a defender que o progresso dependia não apenas de ambientes salubres, mas também de “mentes sadias”. Nesse contexto, em 1923, Gustavo Riedel liderou a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), articulando médicos, educadores, juristas, empresários e políticos. Inspirada nas ligas psiquiátricas estrangeiras, a LBHM tinha como objetivo o tratamento e a prevenção de doenças mentais, promovendo um programa de higiene mental e eugenia aplicado às esferas individual, escolar, profissional e social (Figueira, 2014).

Entre os alvos das intervenções propostas pela LBHM estavam não apenas os transtornos mentais, mas também o alcoolismo, a delinquência e a ausência de hábitos saudáveis (Figueira, 2014). Como afirma Olinto, participante da Liga:

E se refletirmos que um tal tratamento é tão proveitoso ao indivíduo, como à família e como à humanidade, concluiremos que por ele seremos capazes de diminuir a criminalidade, a delinquência e a dependência. (Olinto, 1930, p.39)

Essa concepção apontava para a homogeneização da sociedade por meio da responsabilização do indivíduo pelas mazelas sociais. Como elucida Figueira (2014), os higienistas compreendiam que ordem, progresso e civilização dependiam de uma organização sanitária rigorosa. Citando Oliveira, outro membro da LBHM, a autora destaca a concepção de que o ser humano doente se tornava um capital imobilizado, uma ameaça coletiva, e ao morrer, um capital perdido. Caberia, então, à higiene mental a tarefa de “valorizar o material humano”, transformando cada indivíduo em peça útil ao desenvolvimento da humanidade (Figueira, 2014, p. 26).

Figueira, esclarece que, para os higienistas, a ‘ordem’, o ‘progresso’, a ‘civilização’ e a ‘nação’ dependiam de uma organização sanitária para se desenvolver”. Dentro dessa racionalidade, caberia à higiene mental “valorizar o material humano, tornando cada indivíduo uma parcela útil, capaz de concorrer para o aperfeiçoamento da humanidade” (Figueira, 2014, p. 26).

A preocupação com a saúde mental, portanto, emerge no Brasil como mecanismo de controle biopolítico dos corpos, vinculado à rentabilidade e ao discurso evolucionista de melhoramento racial. A subjetividade passa a ser alvo de disciplinamento, e a autonomia dos sujeitos é amplamente negligenciada em nome da normatização de comportamentos e da eliminação de “desvios” que poderiam ameaçar o projeto de modernização nacional.

Esse modelo produz um padrão de normalidade centrado na produtividade, cujo objetivo é o máximo aproveitamento da força de trabalho. Para tanto, a patologização da diferença se articula à medicalização e ao controle institucional, sobretudo nas escolas. Como parte desse processo, observam-se práticas como a sedação de comportamentos não conformes, o encarceramento em prisões e hospitais, e a posterior institucionalização da loucura nos manicômios. Aqueles que não se adequassem aos critérios estabelecidos pela classe dominante eram excluídos do convívio social e relegados a condições precárias de existência.

A loucura, nesse período, é interpretada como perturbação da ordem social e entrave ao crescimento econômico. Como afirma Figueira:

Quando não eram colocados nas prisões por vagabundagem ou perturbação da ordem pública, os loucos perambulavam pelas ruas ou eram encarcerados nas celas especiais dos hospitais da Santa Casa de Misericórdia. (Figueira, 2014, p.27)

Deve-se considerar, ainda, que a elite intelectual formada para atuar na área da saúde — especialmente a Medicina, que absorvia os saberes psicológicos — era majoritariamente branca e economicamente privilegiada. A meritocracia, apresentada como valor universal, era atravessada por pressupostos eugênicos que atribuíam ao “mérito” origens hereditárias e naturais. Como aponta Patto (*apud* Simões *et al.*, 2019), a crença de que a justiça social poderia ser alcançada ao se colocar “o homem certo no lugar certo” reforçava a seletividade social e racial do projeto higienista (p. 25).

Portanto, além de sua base positivista, cientificista, evolucionista e higienista, a Psicologia Social brasileira nasce atravessada por princípios liberais, conservadores e autoritários que compunham o ideário das elites intelectuais, sobretudo paulistas, nas décadas de 1920 e 1930 (Simões *et al.*, 2019). Segundo os mesmos autores, foi nesse contexto que, após a derrota da contrarrevolução de 1932 contra o golpe de Getúlio Vargas, Raul Carlos Briquet fundou a Escola Livre de Sociologia e Política. E em 1933, foi ministrado o primeiro curso de Psicologia Social no Brasil, culminando na publicação do livro Psicologia Social em 1935 — a primeira obra nacional dedicada ao tema.

Mesmo após a regulamentação da Psicologia como profissão, o domínio médico persistiu nos espaços de formação. Escolas Normais, cursos de graduação em Psicologia e especialização nas Faculdades de Filosofia eram ministrados majoritariamente por médicos (Simões *et al.*, 2019). Assim, tanto o fenômeno do fracasso escolar (Patto, 1987) quanto o sofrimento psíquico em geral continuavam a ser explicados por determinismos orgânicos, hereditários ou de personalidade. Em todos esses casos, a responsabilização recai sobre o indivíduo, invisibilizando as determinações históricas, materiais e sociais que atravessam os sujeitos.

A normatização da saúde — elaborada pelos chamados “homens de ciência” — tornou-se uma técnica de regulação da vida. Diferenças passaram a ser lidas como distúrbios e modos diversos de existir foram convertidos em patologias, inaugurando uma lógica psicologizante que transforma problemas sociais em questões clínicas. Nesse movimento, a noção de distúrbios de aprendizagem, por exemplo, surge como resposta medicalizante às dificuldades escolares, sem considerar as condições estruturais de ensino-aprendizagem.

A aproximação entre Medicina e Psicologia, portanto, consolida projetos de controle e adaptação social, iniciados com os processos de higienização física e estendidos à esfera mental, especialmente nas instituições escolares. Crianças tornam-se alvos preferenciais dessas intervenções, com práticas diagnósticas e normativas voltadas à adequação comportamental e ao silenciamento da diferença (Firbida; Vasconcelos, 2019).

Entretanto, com o fim da Segunda Guerra Mundial, abre-se um novo horizonte para o campo psicológico. A devastação provocada pelos regimes totalitários — em especial o nazismo — impulsiona uma virada epistemológica. A Psicologia Social passa a voltar-se para a compreensão dos conflitos sociais e

para a análise do comportamento coletivo, em busca de alternativas para a reconstrução da humanidade (Simões *et al.*, 2019; Lane, 1981). Esse momento é marcado por um certo otimismo com a ciência, que é convocada a contribuir para a criação de um futuro mais justo e democrático.

Com o advento da Guerra Fria e a consequente polarização ideológica as limitações do modelo estadunidense de Psicologia Social tornam-se evidentes. A hegemonia do pensamento liberal norte-americano começa a ser questionada, abrindo espaço para outras formas de produção de conhecimento e intervenção profissional. É nesse contexto que emerge, na América Latina, uma proposta crítica — a Psicologia Social Crítica — com Silvia Lane como uma de suas principais expoentes (Lane, 1981).

A Psicologia higienista e eugenista, baseada em uma matriz racista e classista, explicava a pobreza e a desigualdade como defeitos individuais, deslocando a responsabilidade histórica e estrutural para o sujeito. Como alerta Leite (1983), o maior risco de uma teoria ideológica é “chegar a negar a humanidade ou, pelo menos, a humanidade integral de certos grupos” (p. 141). Mesmo com o declínio do discurso abertamente racista, a lógica que o sustenta ainda permanece, reproduzindo práticas que negam direitos, subjetividades e a própria existência digna de amplos segmentos sociais.

Diante disso, cabe à Psicologia Social denunciar e desnaturalizar a ideologia que sustenta a ordem social vigente e suas precárias condições materiais e psíquicas. A superação das bases eugenistas, higienistas e individualizantes exige a construção de uma nova ética e epistemologia do fazer psicológico. Propõe-se, então, uma Psicologia comprometida com a transformação social, que reconheça o sujeito como protagonista de sua história e como agente coletivo de mudança — um sujeito que é não apenas produto, mas também produtor da realidade social.

A Psicologia Crítica desde o materialismo histórico-dialético

Diante da crítica à ciência e à prática psicológica historicamente comprometidas com os interesses do capital, evidencia-se a necessidade de uma Psicologia que proponha uma práxis revolucionária. Trata-se da busca por uma ciência psicológica cujo horizonte último seja a superação das formas alienantes de sociabilidade impostas pela lógica capitalista, orientando-se pela emancipação humana e pela transformação radical da realidade. É nesse cenário que a Psicologia latino-americana encontra, na tradição da Psicologia soviética, um dos pilares teórico-metodológicos mais significativos para o rompimento com o modelo hegemônico da Psicologia individualizante, positivista e medicalizante.

A Psicologia soviética surge na década de 1920, no contexto da Revolução Russa, como o primeiro projeto sistemático de construção de uma ciência psicológica fundamentada no marxismo. Trata-se, portanto, da primeira articulação profunda entre os pressupostos filosóficos de Marx e o campo da Psicologia, operando um rompimento com as correntes idealistas e empiristas dominantes. Essa ruptura tem como base o materialismo histórico-dialético, que passa a orientar a teoria e o método da investigação psicológica (Leontiev, 2021).

A Revolução de Outubro de 1917 é, nesse sentido, um marco fundador para essa nova Psicologia. O processo de reconstrução social pós-revolucionária demandava uma ciência comprometida com a realidade concreta da classe trabalhadora, capaz de intervir nas condições objetivas de vida. A Psicologia,

então, deixa de ser um saber abstrato e elitista e passa a ser convocada a verificar a validade de seus esquemas explicativos a partir das necessidades vitais da população e dos desafios impostos pela nova ordem socialista (Shuare, 2016).

É a partir dos trabalhos de Vigotski, Rubinstein e Leontiev que o marxismo se consolida como eixo estruturante da Psicologia soviética. São eles que formulam as bases para uma abordagem histórica e concreta da consciência, desenvolvendo noções fundamentais como a teoria do reflexo superior da realidade, a teoria da atividade e a compreensão do psiquismo como produto da vida social (Leontiev, 2021). Ao assumir a historicidade e a sociabilidade do sujeito como fundamentos de análise, essa nova Psicologia amplia a compreensão da subjetividade e se propõe a solucionar os impasses epistemológicos herdados pelas correntes fragmentadas da Psicologia clássica.

De fato, a Psicologia do início do século XX encontrava-se em uma profunda crise metodológica. Vigotski, em seu ensaio “O significado histórico da crise da Psicologia: uma investigação metodológica” (1926/1999 *apud* Martins, 2008), analisa com rigor esse cenário, demonstrando que a multiplicidade de abordagens existentes, ao invés de expressar pluralidade fecunda, apenas revelava a ausência de fundamentos epistemológicos sólidos. A fragmentação do campo levava à perda da coerência interna da Psicologia como ciência, fazendo com que diferentes teorias compitam entre si sem critérios de validação comuns.

Nas palavras de Vigotski, a suposta autonomia entre as diversas correntes não passava de “uma considerável divergência de opiniões” (Vigotski, 1997, p. 265 *apud* Martins, 2008, p. 28). Diante disso, sua proposta não era simplesmente adicionar mais uma “abordagem” àquelas já existentes, mas sim lutar pela construção de princípios gerais capazes de sustentar uma Psicologia científica, unificada e metodologicamente rigorosa.

Portanto, o projeto da Psicologia que nascia se colocava como resposta ao impasse: como construir a proposta de uma Psicologia Geral baseada no materialismo histórico-dialético que pudesse orientar tanto a pesquisa quanto a prática de maneira integrada e crítica. Como afirma Martins (2008), para Vigotski, o problema da Psicologia não seria resolvido com o acúmulo de novas escolas, mas sim com a sistematização de fundamentos teóricos e metodológicos que permitissem o avanço da ciência psicológica em direção à totalidade dos fenômenos.

Nesse sentido, é fundamental compreender que a escolha filosófica que sustenta uma ciência não é neutra. A Filosofia ocupa um lugar central na definição da metodologia científica, pois oferece os princípios organizadores da atividade cognoscitiva e da interpretação dos dados empíricos. Zínchenko e Smirnov (1983 *apud* Shuare, 2016) afirmam que a Filosofia, longe de ser um apêndice reflexivo, constitui o núcleo metodológico da Ciência. É ela que orienta as perguntas legítimas, os objetos possíveis de investigação e os critérios de verdade e validade dos conhecimentos produzidos.

Desse modo, ao afirmar sua filiação ao materialismo histórico-dialético, a Psicologia soviética assumia conscientemente uma postura política e filosófica que, longe de obscurecer sua cientificidade, a fortalecia como campo comprometido com a realidade histórica e com a transformação social. Como ressalta Shuare (2016), compreender essa base filosófica não é um detalhe opcional, mas condição para o domínio efetivo desse projeto de ciência.

Os principais marcos metodológicos da Psicologia soviética são a concepção dialética da realidade, a teoria gnosiológica do reflexo, a categoria da atividade e a natureza social do ser humano (Shuare, 2016). No entanto, para os fins deste trabalho, serão privilegiadas duas dessas categorias: o método materialista histórico-dialético e a natureza social da subjetividade. Ambas representam contrapontos fundamentais às concepções idealistas e empiristas predominantes, bem como aos modelos psicológicos centrados no indivíduo isolado, desvinculado de sua história e de sua classe.

Segundo Shuare (2016), a noção materialista da dialética “[...] trata das leis mais gerais do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento humano” (p. 26). Trata-se, portanto, de um método que atua como instrumento para a decodificação da realidade, possibilitando a apreensão da relação sujeito-natureza em sua historicidade (Martins, 2008). Com base nesse método, a Psicologia que se fundamenta no materialismo histórico-dialético precisa considerar as leis do movimento dos objetos e os processos que entrelaçam sujeito, história e sociedade (Martins, 2008; Shuare, 2016).

Nessa perspectiva, dois princípios fundamentais se destacam: o da inter-relação e interdependência dos fenômenos e o da unidade e luta dos contrários como fontes de desenvolvimento dos objetos (Shuare, 2016). O psicólogo, ao investigar e explicar um fenômeno, deve identificar as dependências essenciais que estruturam o objeto em questão, reconhecendo que todo conhecimento é parcial, processual e que o objeto se transforma em sua relação com o real. Além disso, deve superar os limites intrínsecos de cada determinação e assumir o caráter dialógico da produção do conhecimento (Shuare, 2016).

Leontiev reforça esse entendimento ao afirmar que:

O método dialético marxista exige ir além e pesquisar o desenvolvimento como processo de ‘automovimento’, ou seja, investigar as relações motoras internas, as contradições e transições mútuas, de tal forma que seus pressupostos aparecem como aspectos que se transformam nele, como seus próprios aspectos. (Leontiev, 2021, p.192)

Desse modo, a fonte do desenvolvimento deve ser buscada dentro do próprio objeto, e cabe à ciência psicológica encontrar e descrever conceitualmente o sistema em que o objeto adquire suas características particulares (Shuare, 2016). A partir da dialética marxiana, a Psicologia proposta pelos autores soviéticos rompe com o reducionismo – a tentativa de reduzir a complexidade dos fenômenos a categorias simplificadas – e com a linearidade causal entre causa e efeito, ao reconhecer que essas são apenas formas parciais de determinação dos objetos.

No que tange à natureza social do humano, o materialismo histórico-dialético não considera a sociedade como uma força externa à qual o sujeito deva se adaptar, mas como aquilo que constitui a própria humanidade do ser. O sujeito não é um receptor passivo de pressões sociais, mas sim um agente ativo, que é determinado pelas condições sociais ao mesmo tempo em que as transforma (Shuare, 2016). Leontiev afirma:

Cada homem aprende a sê-lo. Para viver na sociedade não lhe basta o que a natureza lhe dá ao nascer. Ele deve dominar, além disso, aquilo que foi conseguido no desenvolvimento histórico da sociedade humana (Leontiev apud Shuare, 1972a, p. 408).

Assim, o indivíduo é um produto do coletivo e da história. Ele se humaniza nas relações sociais que estabelece, internalizando as conquistas culturais de sua coletividade. A humanidade, portanto, é inicialmente externa ao sujeito e lhe é incorporada por meio do processo de internalização. Esse processo é responsável pela formação das funções psíquicas superiores — como linguagem e pensamento — que só podem emergir na mediação com o outro e no interior das práticas sociais historicamente determinadas.

A coletividade, nesse sentido, é condição fundamental para o desenvolvimento humano. Em contraposição à lógica da propriedade privada — alicerce da sociabilidade capitalista que exclui grande parte da população do acesso aos bens culturais produzidos coletivamente —, essa Psicologia soviética propõe uma práxis voltada à socialização dos instrumentos de produção simbólica e material, com vistas à emancipação dos sujeitos e ao seu desenvolvimento integral.

Com isso, se estabelece um novo marco teórico-metodológico dentro da Psicologia que rompe com as concepções inatistas e empiristas ainda presentes nas formulações psicológicas contemporâneas. O materialismo marxiano, ao propor o primado do processo histórico sobre a essência dos fenômenos, permite reconfigurar o conflito epistemológico entre idealismo e empirismo. Segundo Chauí (2001), esse modelo epistemológico concebe o conhecimento como um processo mediado historicamente entre o intelecto e a sensação, sendo que a realidade é compreendida a partir de suas contradições essenciais, e não apenas por dados imediatos da experiência.

Nesse horizonte, a concepção materialista histórico-dialética “[...] não explica a prática segundo a ideia, explica a formação das ideias segundo a prática material” (Marx; Engels, 2001, p. 36). Diferente da empiria imediatista ou da abstração idealista, essa proposta busca apreender a essência do real, suas contradições estruturais e suas tendências de transformação.

Em síntese, o resgate filosófico, metodológico e histórico do materialismo histórico-dialético permite compreender a Psicologia como resultado de uma fusão entre Filosofia e Ciência em sentido concreto. Essa integração origina uma Psicologia comprometida com a transformação da realidade e emancipada dos paradigmas idealistas, empiristas e individualistas que ainda hoje sustentam a Psicologia hegemônica. Com base na radicalidade de sua crítica à sociabilidade burguesa, essa Psicologia inaugura uma nova compreensão dos fenômenos psíquicos: como processos sociais, históricos e contraditórios, cuja superação passa pela transformação coletiva da vida concreta.

Desse modo, o método materialista histórico-dialético oferece princípios epistemológicos fundamentais para o estudo e explicação do sujeito em sua totalidade. Tanto os processos psíquicos quanto a própria realidade são compreendidos como fenômenos em permanente movimento, permeados por contradições estruturais (Bock *et al.*, 2007). A partir dessa base, a Psicologia elaborada na Rússia revolucionária — que hoje se expressa por meio da Psicologia Sócio-Histórica — influencia diversas elaborações críticas no campo da Psicologia latino-americana, articulando-se com teóricos como Silvia Lane e Ignacio Martín-Baró. Trata-se de uma tradição de pensamento e prática cujo objetivo não é apenas compreender o mundo, mas transformá-lo, superando as condições materiais e subjetivas impostas pelo sistema capitalista (Martins, 2008).

A Psicologia Crítica Latino-americana

A partir do percurso histórico traçado neste trabalho, evidencia-se que a Psicologia brasileira foi gestada no seio dos saberes científicos subordinados aos interesses da classe dominante, constituindo-se como uma ciência burguesa comprometida, desde sua origem, com o projeto liberal de individualização da vida e manutenção do status quo. Nesse sentido, Ignacio Martín-Baró (1997) afirma que a Psicologia foi fundada sob o princípio de provocar mudanças no indivíduo sem alterar a ordem social, convertendo-se em um instrumento funcional à reprodução do sistema por meio da cristalização do contexto social como se fosse uma natureza imutável, frente à qual o sujeito deve buscar soluções subjetivas e individuais para seus problemas.

No contexto latino-americano, essa lógica é ainda mais cruel, uma vez que a condição secular de miséria estrutural tem sido sustentada por mecanismos violentos de repressão e controle social, inviabilizando ou frustrando historicamente qualquer esforço genuíno de transformação das estruturas opressoras (Martín-Baró, 1997). Assim, a Psicologia na América Latina desenvolveu-se em conformidade com os ditames do modo de produção capitalista, operando a conformação de mentes e comportamentos à lógica dominante — baseada no positivismo, no individualismo, no hedonismo e em uma visão a-histórica e homeostática da ciência (Dias, 2020).

Entretanto, diante das condições concretas de vida das populações latino-americanas, começa a delinear-se, nas décadas de 1970 e 1980, o surgimento de uma Psicologia Crítica. Essa nova abordagem aproxima-se do marxismo por meio da incorporação do materialismo histórico-dialético e articula-se ao pensamento decolonial, na medida em que busca romper com a dependência da episteme eurocêntrica, em favor de uma práxis voltada à libertação e à emancipação, atenta às especificidades territoriais da América Latina. Essa guinada crítica emerge justamente no contexto da crise da Psicologia Social e expressa uma ofensiva à importação acrítica de saberes dos centros hegemônicos de produção científica os quais, com suas premissas naturalizantes e universalizantes, moldaram historicamente o exercício profissional na região, em sintonia com o colonialismo e o imperialismo (Portugal *et al.*, 2012; Da Silva, 2013).

Nesse sentido, radica-se em solo latino-americano uma crítica radical à Psicologia norte-americana e europeia, visando libertá-la de sua cegueira epistêmica. Trata-se de denunciar a dependência de modelos teóricos que atribuem universalidade ao sujeito "normal", identificado com o homem branco, europeu, cisgênero, heterossexual e proprietário de terras (bens-materiais) (Costa; Barros, 2020), e, simultaneamente, de propor um novo sentido ao fazer psicológico. Como sublinha Martín-Baró (1997), o trabalho do psicólogo deve ser definido em função das circunstâncias concretas da população que atende, exigindo, assim, o reconhecimento das particularidades geopolíticas da América Latina para consolidar uma Psicologia Social crítica e comprometida com a transformação da realidade.

De início, é importante reconhecer que a América Latina, região das "veias abertas", tem seus recursos naturais e humanos constantemente transmutados em capital a ser acumulado nos centros do poder europeu e norte-americano (Galeano, 2011). Isso resulta em uma realidade marcada pela desigualdade persistente e pela violência política promovida por oligarquias locais subordinadas aos interesses

imperialistas. Esse imperialismo também se manifesta na imposição de modelos de desenvolvimento que afetam ideologias, técnicas, teorias e práticas, perpetuando relações de dependência teórica e epistemológica.

O capitalismo dependente na América Latina gera o agravamento das contradições entre as classes dominantes — detentoras do poder econômico e político — e o conjunto da classe trabalhadora, o que desdobra uma polarização radical entre os projetos burgueses, de natureza neoliberal e neofascista, e os projetos proletários de viés socialista (Bambirra, 2013). Além disso, o colonialismo ibérico-católico deixa marcas profundas como a exclusão social, a aculturação, a má distribuição de renda, a violação de direitos fundamentais e a violência estrutural de raça, gênero e classe (Da Silva, 2013; Grosfoguel, 2008).

Diante desse cenário, torna-se uma necessidade histórica a construção de uma Psicologia comprometida com a investigação e transformação da realidade latino-americana. Isso em oposição a uma ciência psicológica que, alheia ao contexto local, reproduz modelos adaptativos que naturalizam a opressão vivida pelas camadas populares (Martín-Baró, 2011). Surge, então, um vigoroso movimento de contestação teórica e prática, reivindicando o redirecionamento da Psicologia para a análise crítica da vida cotidiana dos povos da região, marcada por opressões históricas, desigualdades estruturais e violações de direitos humanos (Costa; Barros, 2020).

Nesse processo, intensifica-se o intercâmbio entre psicólogos e psicólogas dos diversos países da América Latina, que passam a construir uma Psicologia orientada por princípios de unidade, emancipação e transformação social. Articulando teoria, metodologia, ética e compromisso político, essa Psicologia visa à superação das mazelas geradas pela vigência do modo de produção capitalista (Costa; Barros, 2020). Sílvia Lane (2000) reitera essa direção ao afirmar que a Psicologia Social latino-americana deve buscar uma ação transformadora por meio da participação consciente da comunidade, de modo a enfrentar as injustiças sociais, as opressões e as formas de alienação, inclusive aquelas que se manifestam no âmbito psíquico.

Novos rumos da Psicologia Social latino-americana estariam, portanto, ancorados nas formulações marxistas e no método materialista-histórico-dialético. Nesse marco teórico, destacam-se a valorização da historicidade, da atividade, da contradição e do caráter dinâmico da realidade social, bem como a incorporação da ideologia e da alienação como categorias centrais para a compreensão dos fenômenos psicológicos. Essa abordagem contrapõe-se diretamente ao modelo cognitivista dominante nos Estados Unidos e na Europa e propõe inovações epistemológicas e metodológicas voltadas à realidade latino-americana (Portugal *et al.*, 2012).

É sobre bases materialistas e dialéticas que a Psicologia crítica latino-americana ergue-se como contraponto à Psicologia conservadora — de caráter eugenista, higienista e individualista. Essa nova Psicologia crítica se fundamenta no entrelaçamento dialético entre objetividade e subjetividade, entre indivíduo e sociedade, reconhecendo que a subjetividade é constituída pelas condições históricas e materiais da vida social, as quais, ao mesmo tempo, produzem e expressam a alienação dos sujeitos.

Assim, Martín-Baró (1997) propõe que o fazer psicológico deve estar assentado na promoção da conscientização, com vistas à superação das identidades pessoais e sociais alienadas dos indivíduos, mediante a transformação das condições opressivas de seus contextos concretos. Cabe, portanto, ao psicólogo colocar sua práxis — compreendida como a dialética entre teoria e prática — a serviço da libertação das camadas

populares, assumindo uma responsabilidade profissional historicamente atrelada à transformação das condições materiais que desumanizam, alienam a consciência e bloqueiam o desenvolvimento da identidade histórica das maiorias oprimidas.

Nesse processo, o fazer científico-profissional do psicólogo insere-se em uma práxis libertadora, compreendida como um processo político que fomenta a conscientização nos âmbitos psicológico e social. Tal conscientização consiste em uma contraofensiva à injustiça estrutural, na medida em que promove uma consciência crítica sobre as raízes objetivas e subjetivas da alienação social. Esse processo exige o rompimento com a lógica reprodutora das relações de dominação e submissão, viabilizando mudanças e desarticulando os esquemas ideológicos que sustentam a alienação das maiorias (Martín-Baró, 1997).

Ademais, a conscientização pressupõe um processo dialético e ativo, no qual o indivíduo transforma a si mesmo ao transformar a realidade. Pela decodificação do real, apreende-se os mecanismos opressores que desumanizam o sujeito, o que abre caminho para a constituição de uma consciência crítica que rompe com a naturalização do mundo social (Martín-Baró, 1997). Dessa forma, o fazer psicológico engajado permite o surgimento de uma nova práxis, entrelaçada ao vir-a-ser humano, que descobre não só as raízes do que se é, mas também o horizonte do que se pode ser.

Ainda, Martín-Baró (1997), a partir de uma base epistemológica construída sob o crivo do materialismo histórico-dialético e do saber das camadas populares, propõe elaborações teórico-práticas voltadas à libertação das cadeias individuais e sociais da opressão. Ao promover a conscientização, possibilita-se um novo saber sobre a realidade e sobre si, sendo aquilo que Silvia Lane (1981) chama de identidade social. Construída a partir dos papéis sociais que o sujeito desempenha. Esses papéis, por sua vez, são definidos pelas condições sociais de produção da vida material e cristalizados por instituições que difundem normas e padrões de normalidade e moralidade.

Sob essa perspectiva, os papéis e a identidade social exercem mediação ideológica, ao naturalizar as relações de dominação e viabilizarem a reprodução da sociedade de classes, fundada na divisão social do trabalho e na propriedade privada (Lane, 1981). Tais papéis, internalizados pelos sujeitos, corroboram a reprodução de normas sociais hegemônicas, que orientam expectativas e comportamentos conforme os interesses da classe dominante.

Contudo, a conscientização permite desvelar as condições histórico-sociais que balizam os papéis sociais naturalizados, evidenciando seu caráter ideológico e funcional à manutenção da ordem vigente. O reconhecimento crítico dessa estrutura favorece a ruptura com a lógica reprodutora, transformando os sujeitos e os grupos sociais em agentes ativos da mudança social (Lane, 1981).

Nesse sentido, a apropriação crítica do real, entendido como totalidade composta por múltiplas determinações, impulsiona o sujeito a assumir o papel de transformador da realidade, potencializando sua própria humanização. A conscientização, assim, expressa a contribuição política da Psicologia, ao possibilitar a superação das barreiras psicossociais que intensificam o sofrimento e dificultam a emancipação das camadas populares (Mendonça; De Souza; Guzzo, 2016).

No cenário brasileiro, destaca-se a psicóloga Silvia Lane, expoente da Psicologia Social Crítica, cuja proposta é marcada pela indissociabilidade entre teoria e prática. Fundamentada no materialismo histórico-

dialético, Lane afirma que a realidade é o ponto de partida para a construção do conhecimento e que o ser humano deve ser concebido como sujeito histórico. Para ela, os fenômenos sociais e psicológicos devem ser analisados em sua historicidade, recusando a ideia positivista de um saber neutro (De Lima; Ciampa; De Almeida, 2009).

A Psicologia proposta por Lane surge em um contexto de crítica à Psicologia científica burguesa, a qual cumpria um papel normativo e adaptativo, sustentando a neutralidade diante das condições impostas pelo capitalismo. Em contraponto, Lane compreende o psiquismo como uma síntese dialética entre objetividade e subjetividade, constituído na vida concreta e protagonizado por sujeitos históricos em constante transformação.

A partir dessa concepção, é possível superar explicações fragmentadas que separam o indivíduo da sociedade. Lane propõe uma leitura da realidade como movimento histórico, em que presente, passado e futuro se inter-relacionam, abrindo espaço para a transformação. A história, assim, não é uma linha estática, mas resultado das formas pelas quais os sujeitos organizam a existência e compreendem o mundo e suas contradições.

Daí advém a importância da construção de uma práxis transformadora, entendida como processo dialético em que a prática fundamenta a teoria e esta, por sua vez, reflete criticamente sobre a prática. Essa práxis deve gerar mudanças qualitativas na realidade social, sendo, portanto, criadora e emancipada (De Lima; Ciampa; De Almeida, 2009). Lane afirma que a Psicologia Crítica deve assumir como exigência teórica sua íntima ligação com a transformação das condições sociais e individuais, tendo como horizonte a emancipação social e a autonomia dos sujeitos.

O projeto de ciência defendido por Lane, ao reconhecer a historicidade e as contradições que movem a realidade, permite a formulação de ações voltadas à superação da sociabilidade capitalista. Esse projeto baseia-se em “um pensar ético, um compromisso ético que alia o conhecimento com a ação.” (Bock *et al.*, 2007, p. 53), estabelecendo um compromisso político e epistêmico com a transformação social.

Dessa maneira, as formulações de Martín-Baró e Silvia Lane, ancoradas no materialismo histórico-dialético, consolidam os fundamentos de uma Psicologia Social Crítica latino-americana social e politicamente comprometida com a realidade dos povos da América Latina — e, conseqüentemente, com as demandas da população brasileira. Trata-se de uma psicologia cujo “sul” é a libertação das camadas populares historicamente oprimidas, promovendo um fazer profissional desvinculado das bases coloniais e burguesas que historicamente estruturaram a categoria, evidenciadas na higienização, na individualização dos problemas sociais e na patologização da pobreza.

Por fim, é fundamental ressaltar que a construção de uma Psicologia latino-americana crítica deve reconhecer a multiplicidade cultural e linguística da região, rompendo com perspectivas homogeneizantes. Isso requer identificar as especificidades culturais, sociais e geopolíticas de cada país latino-americano, de modo que a construção de uma unidade continental se dê pelo viés da alteridade e da cooperação, e não por meio de um projeto universalizante. Assim, torna-se possível forjar uma Psicologia latino-americana plural, enraizada na realidade concreta de seus povos e orientada pela emancipação coletiva (Da Silva, 2013, Kilomba, 2020).

Considerações Finais

Este ensaio buscou demonstrar que a Psicologia, em sua origem e consolidação enquanto ciência, esteve historicamente comprometida com a manutenção da ordem capitalista, operando como instrumento de controle social, medicalização e individualização dos sujeitos. Produzida sob os marcos do liberalismo, da eugenia e do higienismo, a Psicologia hegemônica colaborou com o silenciamento das contradições sociais, convertendo sofrimento coletivo em problema individual.

Em contraposição a essa tradição, resgatamos o projeto da psicologia proposto por pensadores soviéticos, constituído a partir da Revolução de Outubro e fundamentado no materialismo histórico-dialético. Essa vertente rompe com as dicotomias entre mente e corpo, indivíduo e sociedade, e propõe uma compreensão do psiquismo como fenômeno histórico, social e contraditório. Essa psicologia soviética afirma um compromisso com uma ciência articulada à transformação da realidade e à emancipação humana, alicerçando as bases epistemológicas de uma práxis crítica.

Com base nesse legado, analisou-se a construção da Psicologia Crítica Latino-Americana, que emerge como resposta às insuficiências teóricas e metodológicas dos modelos importados do Norte Global. Frente à realidade marcada por exploração, colonialismo, dependência econômica e violência social, autores como Ignacio Martín-Baró e Silvia Lane em contrapartida propuseram uma psicologia voltada à transformação das condições concretas de vida das populações oprimidas, vinculando produção de conhecimento, prática profissional e compromisso político com a emancipação.

Martín-Baró defende a psicologia da libertação como uma prática enraizada na conscientização crítica, capaz de desvelar as determinações sociais da subjetividade e romper com as formas ideológicas que sustentam a alienação. Silvia Lane, por sua vez, formula uma psicologia social crítica que articula objetividade e subjetividade, resgatando o papel histórico dos sujeitos na produção e transformação da realidade. Ambos propõem uma práxis que recusa a neutralidade científica e reivindica o engajamento ético-político da Psicologia com as lutas sociais.

Diante do esgotamento civilizatório do modo de vida capitalista, reafirma-se que a Psicologia não pode se omitir diante das desigualdades que ela própria ajudou a consolidar. A produção de um novo projeto de ciência e profissão deve estar comprometida com a superação da alienação, da opressão e da lógica destrutiva do capital. Como lembra Ailton Krenak (2019), só faz sentido adiar o fim do mundo se for para transformar o mundo em que se vive — construindo formas de existência menos desiguais, mais solidárias, criativas e plenamente humanas. É nesse horizonte que uma Psicologia crítica latino-americana surge e ganha força com os autores apresentados e mostra um horizonte possível e necessário.

Referências:

- BAMBIRRA, V. O capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis: Insular, 2013.
BOCK, A. M. B.; FERREIRA, M. R.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. Silvia Lane e o projeto do "Compromisso Social da Psicologia". **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 46-56, 2007.
CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

- COSTA, J. F. A.; BARROS, C. C. Caminhos da psicologia latino-americana como práxis de libertação. **Revista Ideação**, v. 1, n. 41, p. 199-218, 2020.
- DIAS, M. S. de L. O legado de Martin-Baró: a questão da consciencia latino-americana. **Psicol. Am. Lat., México**, n. 33, p. 11-22, jul. 2020.
- DA SILVA, P.; VERAS, C. Psicologia Latino-Americana: desafios e possibilidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, p. 32-41, 2013.
- DE LIMA, A. F.; CIAMPA, A. da C.; DE ALMEIDA, J. A. M. Psicologia social como psicologia política?: A proposta de psicologia social crítica de Sílvia Lane. **Revista Psicologia Política**, v. 9, n. 18, p. 223-236, 2009.
- DON L; RAEI; CIDREIRA, G. primavera. In: DON L. **Roteiro Pra Aïnouz** (Vol. 2). Independente, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bs5B5VLhqlk>. Acesso em: 21 ago. 2022.
- FIGUEIRA, F. **A Liga Brasileira de Higiene Mental e a Psicologia no Brasil: a história a ser contada**. (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2014.
- FIRBIDA, F.; VASCONCELOS, M. A construção do conhecimento na Psicologia a legitimação da medicalização. **Psicologia Escolar e Educacional**, v.23, ed.016120, 2019.
- GALEANO, E. H. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- GALTON, F. **Herencia y eugenesia**. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- GÓES, W. L. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. 2015. 276 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124368>>.
- GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p 115-147. 2008.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo** (Nova edição). Editora Companhia das letras, 2019.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.
- LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social?**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LANE, S. T. M. A Psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In: CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, p. **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 58-69.
- LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 4. ed. São Paulo: Pioneira Editora, 1983.
- LEONTIEV, A.N. **Atividade, Consciência e Personalidade**. 1. ed. Bauru: Mireveja Editora, 2021.
- MARTÍN-BARÓ, I. **O papel do psicólogo**. **Estudos de psicologia** (Natal), v. 2, p. 7-27, 1997.
- MARTÍN-BARÓ, I. Para uma psicologia da Libertação. In: GUZZO, R. S. L e LACERDA JR, F. **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. Editora Alínea, 2ª. Edição, 2011.
- MARTINS, L.M. Introdução aos Fundamentos Epistemológicos da Psicologia Sociohistórica In: MARTINS, L.M. (Org.). **Sociedade, educação e subjetividade: reflexões temáticas à luz da Psicologia Sociohistórica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, p. 27-56.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MENDONÇA, G. S.; DE SOUZA, V. L. T.; GUZZO, R. S. L. O conceito de ideologia na psicologia social de Martín-Baró. **Revista Psicologia Política**, v. 16, n. 35, p. 17-33, 2016.
- OLINTO, P. **Introdução à Psiquiatria**. Rio de Janeiro: F. Briguier & Cia, 1930
- PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Intermeios, 1987.
- PORTUGAL, F. T.; BOECHAT, F.; GONÇALVES, M. A.; PIZZI, B. Algumas aproximações entre psicologia social e marxismo. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 2, n. 1, p. 47-60, 2012.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SIMÕES, M. C.; PURIN, G. T.; PINTO, E.; PEREZ, D. (org.). **Psicologia Social: análises críticas sobre histórias interditas e práticas resistentes**. Porto Alegre: Abrapso, 2019.
- VIGOTSKI, L. S. O significado histórico da crise na Psicologia. In: **Teoria e método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 201-407.

VIGOTSKI, L. S. **A transformação socialista do homem.** 1930.

Notas

¹ Doutorando em Psicologia pelo programa de pós-graduação em Psicologia e Sociedade (Linha de pesquisa: Relação sujeito-objeto) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Assis (2021-atual) financiado pela FAPESP. Possui mestrado financiado pela CAPES (2020) e graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (2017). Representante discente do programa de pós-graduação (2021-atual). Integrante desde 2020 do núcleo de estudos sobre branquitudes (NEB) e desde 2022 dos grupos de pesquisa vinculados ao CNPq - Laboratório de Educação em Valores e Socioemocional (Lab_Educare-USP) e Psicologia, subjetividade e produção do conhecimento. Pesquisa sobre temas relacionadas a educação, ao desenvolvimento humano e as relações étnico-raciais. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1790763025325147>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3406-6257>. E-mail: edgar.bendahan@unesp.br

² Graduanda em Psicologia na Unesp Bauru. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5993310978610900>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9054-8472>. E-mail: maria.correa@unesp.br.

³ Graduanda em Psicologia na Unesp Bauru. Integrante do grupo de pesquisa Psicologia, subjetividade e produção do conhecimento - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2883155760378568>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2994635253817682>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6315-3173>. E-mail: ia.oliveira@unesp.br

⁴ Graduando em Psicologia na Unesp Bauru. Pesquisador do TECER - Coletivo de estudos e pesquisas sobre psicologia escolar e atividade pedagógica - dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5045370820881492. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4255205994841745>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6293-0404>. E-mail: gabriel.ungaretti1@gmail.com

Recebido em: 24 de julho 2025

Aprovado em: 12 de jan. 2026